



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2021

Proposta de Aditamento

Mapa de alterações e transferências orçamentais

(a que se refere o artigo 7.º)

Diversas alterações e transferências

43-A – Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental do € 500 000 para a Agência Portuguesa do Ambiente, para concretização do estudo de avaliação integrada dos efeitos das áreas ocupadas por culturas agrícolas permanentes em regime superintensivo e do estudo para identificação e classificação de incidências ambientais associadas às atividades industriais diretamente relacionadas com o incremento de áreas ocupadas por culturas permanentes superintensivas.

Assembleia da República, 11 de novembro de 2020

Os Deputados,

João Dias, Duarte Alves, João Oliveira, António Filipe, Paula Santos, Ana Mesquita,
Alma Rivera, Bruno Dias, Diana Ferreira, Jerónimo de Sousa

Nota justificativa:

O Sistema Agrícola em Portugal tem sofrido um conjunto acentuado de alterações, das quais se destacam, pela sua relevância, a alteração do regime de produção com o crescimento das áreas de produção contínua intensiva e superintensiva de culturas permanentes, de que são exemplo o olival e o amendoal, e a concentração da propriedade com o aumento da área média das explorações agrícolas.

O modo de produção agrícola superintensivo assenta numa sobreexploração da terra, com plantações em compassos reduzidos, traduzindo-se numa elevada densidade de

ocupação do solo, a que se associam consumos de água superiores aos tradicionais e a utilização massiva de agroquímicos – fertilizantes e pesticidas - e com uma durabilidade das plantações que raramente ultrapassa os 20 anos.

A prática destes regimes culturais ao longo de extensas áreas impõe assim um conjunto de pressões sobre diversos descritores ambientais que está longe de se encontrar avaliado e longe de se conhecerem as suas consequências a prazo.

Os grandes investimentos em culturas superintensivas têm promovido o aumento da produção de bens, mas paralelamente tem estimulado a concentração da propriedade, concentração essa que está longe de ser favorável à fixação de populações e à dinamização social das povoações, traduzindo-se antes no aumento das preocupações ambientais e a destruição do património cultural.

Por esta razão o PCP propõe a promoção de uma avaliação alargada das consequências da intensificação da utilização da terra em modelos de monocultura intensiva e superintensiva e a majoração dos apoios às culturas em regime tradicional e mais sustentáveis.